

Sentimentos republicanos em pensamentos navais: a participação de oficiais da Marinha na implantação da República brasileira¹

Gláucia Soares de Moura

Primeiro-Tenente do Quadro Técnico da Marinha do Brasil. Bacharelado em Museologia pela UNIRIO. Bacharelado em História pela UERJ. Especialização em Supervisão Escolar pela UFRJ. Especialização em História Militar pela UNIRIO

RESUMO

Este estudo visa a constatar a participação da Marinha brasileira nos episódios que levaram à Proclamação da República e à sua consolidação durante o período chamado de “República da Espada” (1889 a 1894). A partir dos contextos político, econômico, social e cultural que envolveram esse período, são abordados os fatos históricos que o constituíram por meio dos pensamentos, sentimentos e das ações de alguns dos oficiais que influenciaram diretamente nos destinos da Marinha republicana.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA; MARINHA; REPÚBLICA

ABSTRACT

This essay aims to evidence the participation of the Brazilian Navy in the episodes that preceded the Proclamation of the Republic and its consolidation during the period known as the “Republic of the Swords” (1889-1894). From social, cultural, economical and political context, the historical facts are approached through the thinking, the sentiments and the actions of some of the officers that directly influenced the destination of the Republican Navy.

KEYWORDS: HISTORY; NAVY; REPUBLIC

INTRODUÇÃO

Construir uma abordagem da história militar, diferente da “história batalha”, é possível ao estudarmos a história militar dentro da história da nação, o que permite a análise dos sentimentos, pensamentos e ações dos cidadãos militares que compõem a sociedade.

Na Escola dos Annales encontramos o homem no centro do discurso histórico, como nos diz Lucien Febvre: “Não há história a não ser a do homem (...) a história, ciência humana, e então, os fatos, sim: mas são fatos humanos; tarefa do historiador”² e Marc Bloch: “São os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição”³.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de História da UNIRIO para obtenção do Grau de Especialista em História Militar.

² In DOSSE, François. *A história em migalhas: dos 'Annales' à 'Nova História'*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992, p.96.

³ *Ibid.*, p.97.

Na dinâmica da História, esses fatos humanos pertencem ao passado e cabe ao historiador lhe dar uma nova existência ideal para poder ir em direção do conhecimento histórico, pois enquanto o fato científico é sempre a resposta de uma questão científica, o fato histórico só pode ser determinado e entendido por uma consulta prévia em suas fontes – sejam elas orais, documentais ou as monumentais – para, por intermédio da mediação e da interpretação dos dados simbólicos, apreender os dados históricos reais: os homens e os acontecimentos do passado.

São os personagens que fazem a História. Meio geográfico, tradições e hábitos culturais interagem por meio do homem. Cabe a ele movimentar a História por meio da sua própria história individual.

Um dos momentos significativos para a história do Brasil que nos possibilita abordar a história militar dentro da história da Nação é a implantação e a consolidação da República, durante os governos militares de Deodoro⁴ e Floriano⁵ (1889-1894), quando podemos fazer um resgate dos acontecimentos e ressaltar a participação dos militares da Marinha, como agentes transformadores da sociedade daquele período.

Com a consagração do tempo e a sanção da história, muitos nomes se destacam e se afirmam como guias e paradigmas na trajetória e na orientação do rumo dos que cruzam os caminhos marítimos a serviço do Brasil no regime republicano.

NA VIRADA DO SÉCULO... TEMPO DE CERTEZAS E AMBIGÜIDADES

O fim do século XIX, a “era da ciência”, concretizou a utopia de que a aproximação de um novo século era o momento para sonhar. Para o Brasil foi um período de ambigüidades e transformações: a expansão dos mercados para exportação, o surgimento das estradas de ferro e a importação dos produtos manufaturados fornecidos pela Europa foram alguns dos melhoramentos significativos para a qualidade de vida das elites dominantes.

Tal parcela da sociedade, aberta às manifestações do progresso e que dominava o Império, não percebeu que essa mesma integração com o mundo revolucionado pelo grande capital, que fortalecia o fundamento de sua prosperidade e poder, por outro lado, minava as condições de existência as quais se apegava – a agricultura, a escravidão e a monarquia.

Era uma nova elite, intelectual, abolicionista e republicana, cujos traços característicos demonstravam uma inabalável confiança nas ciências exatas e um profundo desprezo por tudo que considerasse anticientífico e irracional, como a religião e o regime monárquico. Foi aí que o positivismo encontrou um terreno fértil.

Tratando da classe militar nesse período, temos que somar a essa nova maneira de pensar e agir a autoconfiança adquirida com a vitória na Guerra do Paraguai e as suas conseqüências imediatas: a democratização do acesso ao oficialato, as perspec-

⁴ Manuel Deodoro da Fonseca (1827 a 1892): nascido em Alagoas, de uma família de militares; seu pai e seus sete irmãos lutaram com ele na Guerra do Paraguai, onde morreram quatro; Em Mato Grosso, conheceu Mariana Cecília de Sousa Meirelles, casando em 1860, mas não teve filhos; na guerra, viu muitos escravos lutarem e voltou certo que a escravidão tinha que terminar; recebeu várias promoções e honrarias por atos de bravura, foi o líder da classe militar na Proclamação da República.

⁵ Floriano Vieira Peixoto (1838 a 1895): nasceu em Maceió, eram seus pais o fazendeiro Manuel Vieira Araújo e D. Ana Joaquina de Albuquerque; chegou ao posto de tenente-coronel na Guerra do Paraguai; com a Proclamação da República, passou a Ministro da Guerra (1890) e logo depois a vice-presidente; a capital do Estado de Santa Catarina passou a chamar-se Florianópolis em homenagem a ele, devido à sua campanha vitoriosa na Revolta da Armada como na Revolução Federalista.

tivas de progresso na carreira, a alforria dos escravos alistados, assim como o contato com oficiais republicanos e abolicionistas dos países platinos, que revelaram as contradições do Império brasileiro. Aqui é importante ressaltar que, por permanecerem encerrados nos navios, os oficiais da Armada sofreram menos a influência de seus pares sul-americanos e de suas ditaduras militares supostamente republicanas, que os oficiais do Exército.

Logo, as manifestações políticas esporádicas começaram a ganhar força entre os militares. As idéias abolicionistas, republicanas, positivistas e corporativistas frutificaram e várias associações de classe, das quais merecem destaque o Clube Naval e o Clube Militar, surgidos, respectivamente, em 1884 e 1887, constituíram-se em órgãos dirigentes e mobilizadores, capazes de serem o foco onde se preparou a intervenção organizada dos militares, na esfera política, para os acontecimentos que levaram à queda da Monarquia.

A oficialidade, principalmente subalterna, que voltou da guerra consciente de sua importância na vida nacional, estava desolada com a corrupção que permeava a vida pública e com o descaso com que era tratada, e mostrava disposição para a ação política, sentindo-se incumbida de uma missão salvadora.

No caso específico da Marinha, a Esquadra havia se tornado, na prática, uma força fluvial e era preciso readaptá-la às operações marítimas. Seus navios, apesar de modernos para a época, eram preparados para operar apenas nos rios e o governo, devido aos gastos militares empregados na guerra, não possuía recursos para uma nova Armada. Entretanto, coube à Marinha, por questões estratégicas de defesa do nosso imenso litoral, a possibilidade de, em 1885, por iniciativa do Barão de Ladário, modernizar-se adquirindo novos navios que a levaram novamente ao mar, motivo pelo qual se ressentiu o Exército, que permaneceu estagnado, principalmente por falta de material bélico.

Outro problema que afetava as Forças Armadas no período era os baixos soldos, que geravam insatisfações muito maiores no Exército do que na Marinha, pois em geral os oficiais da Armada eram provenientes de um meio socioeconômico mais elevado e dispunham de outras fontes de renda, enquanto os da força terrestre dependiam dos soldos para viver.

Foi uma época difícil; o imperador, velho e doente, havia deixado o governo nas mãos de políticos desacreditados; a tropa não apresentava boa disciplina e estava descontente com os baixos soldos; os jornalistas de oposição aproveitavam o liberalismo de D. Pedro II e exploravam os atritos entre militares e políticos do governo, em proveito da causa republicana.

Todas essas mudanças acabaram por atingir a corporação militar, tradicional instrumento de poder da sociedade. Com o ingresso dos militares na política, acentuou-se a fragilidade das bases de sustentação do Estado monárquico e as muitas insatisfações encontraram um ponto de convergência dotado de capacidade de ação. Os grupos republicanos reconheceram nos militares a força capaz de consumir a derrubada da monarquia e do parlamentarismo.

A Proclamação da República, pelo modo como aconteceu e em razão do comportamento diverso dos personagens que a fizeram, ainda é um assunto polêmico. Falsidade, infidelidade, deslealdade, traição e adesões instantâneas ao regime republicano contrastam com ingenuidade, indecisão, conformismo, covardia e decisões erradas que facilitaram o fim do regime monárquico.

Os primeiros anos da vida republicana foram para a Marinha de Guerra muito difíceis, pois afetaram negativamente o seu desenvolvimento, principalmente porque o nível sociocultural e econômico do País não estavam à altura da nova tecnologia trazida pela Revolução Industrial. Apenas os países industrializados tinham a capacidade de fabricar, utilizar, manter os navios, além de poder substituí-los quando se tornassem obsoletos.

Navegador 5 – Sentimentos republicanos em pensamentos navais

O poder passou às mãos do Exército e a Marinha sentiu-se desprestigiada, pois também queria participar mais efetivamente do governo. Tais dificuldades acabaram por gerar mais descontentamentos, que levaram a um maior envolvimento da Marinha com as atividades políticas e revolucionárias.

MARINHEIROS: LEGALISTAS E REPUBLICANOS

O único representante da força naval que se encontrava fisicamente em defesa oficial da Monarquia, no dia 15 de novembro de 1889, foi o Vice-Almirante Barão de Ladário⁶, por ser o Ministro da Marinha, aliás o único ferido num golpe que derrubou um regime que durava 67 anos. Mas o sangue derramado por Ladário foi fruto do seu temperamento autoritário e disciplinador e do seu orgulho militar, que jamais acataria as ordens de um tenente. Ferido, o Barão se afasta dos acontecimentos no Quartel-General do Exército e a Marinha ficou, nesse momento importante, sem seu chefe.

“Não quero dizer, no entretanto, Sr. Presidente que o velho Barão do Ladário não tivesse idéias verdadeiramente liberais, porque devo dizer ao Senado, que eu tive a honra de ser companheiro de S. Ex. em uma manifestação feita ao saudoso Saldanha Marinho, considerado então, um dos mais eminentes chefes do Partido Republicano, e onde S. Ex. confessou as suas idéias democráticas, demonstrando que não temia a república e que a aceitaria um dia, como aconteceu, sem, entretanto ferir seus sentimentos de defensor do Imperador no dia 15 de novembro.”⁷

O Barão era um homem de idéias liberais, embora estivesse presente na reunião

que redigiu o Manifesto Republicano de 1870, não o assinou por motivos de lealdade à farda, já que queria manter sua carreira militar. Isto pode ser comprovado se observarmos que Ladário foi reformado quando o Gabinete de Ouro Preto caiu, mas aderiu à República no governo Floriano Peixoto, quando aceitou primeiro uma função de diplomata e depois acabou tornando-se senador da República.



Vice-Almirante José da Costa Azevedo,
Barão de Ladário

“Segundo referem os que o conheceram, era autoritário sem ser ríspido; disciplinador que não admitia escusas para qualquer negligência no cumprimento de deveres; amigo devotado dos amigos e impenitente com os desafetos. (...)”

⁶ Nasceu no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1825, onde faleceu em 14 de outubro de 1907; ingressou aos 14 anos na Escola de Marinha, sendo promovido, em 1841, a guarda-marinha e logo em seguida embarcando em viagem de instrução; destacou-se como chefe de comissões de demarcação das fronteiras do Brasil com os países vizinhos entre 1850 e 1860; fundou e dirigiu o jornal liberal avançado *O Povo*; tomou parte nas operações da Esquadra brasileira na Guerra do Paraguai; exerceu diversos cargos de ministro no último gabinete do Império, e exerceu também funções diplomáticas no Japão e na China.

⁷ BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, v.9-10, 1941-1946, p. 46-47.

'A julgar pelos depoimentos dominava nele o coração. O cérebro, conquanto robusto e cultivado, deixava-se vencer facilmente pelos sentimentos. Daí sua maneira de agir algo voluntariosa. (...)

'Ótimo soldado porque crente e mau político porque lógico."⁸

Para substituir Ladário na pasta da Marinha, foi colocado Eduardo Wandenkolk⁹, um almirante declaradamente republicano. De todos os ministros do primeiro gabinete republicano, talvez fosse o único que soubesse o que fazer com a pasta que recebeu. Ele reorganizou a Marinha, criando normatizações sobre os assuntos navais.

"(...) A Marinha estava entregue ao único oficial-general declaradamente republicano, o Chefe-de-Divisão Eduardo Wandenkolk, que mais se sobressaía por suas qualidades viris do que políticas, como se veria mais tarde. Mas era extremamente popular em sua corporação pelas virtudes marinheiras, um passado de bravura na guerra e as características de homem de ação, no que era ajudado por físico gigantesco. (...) "¹⁰

Wandenkolk sempre esteve presente à frente das reivindicações por melhorias para a classe militar e trabalhou bastante na conspiração para a queda da Monarquia, envolvendo-se diretamente com questões políticas. No entanto, nada fez de con-

creto no dia 15 de novembro, a não ser aguardar os resultados dentro do Arsenal de Marinha.



Chefe-de-Divisão Eduardo Wandenkolk

Oficial de temperamento intempestivo, saiu do governo de Deodoro por não aceitar suas atitudes autoritárias.

O Vice-Almirante Custódio de Mello¹¹ não estava no Brasil no momento da proclama-

⁸ GOYCOCHÊA, Castilhos. *Almirante Barão de Ladário*: oficial de honra. [s.l.] : [s.n.], 1940, p.3.

⁹ Eduardo Wandenkolk nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de junho 1838, e faleceu, na mesma cidade, em 4 de outubro de 1900; filho do Primeiro-Tenente da Armada José Eduardo Wandenkolk e de D. Martinha Gomensoro Wandenkolk; casou-se por duas vezes, mas não deixou descendentes; foi matriculado na Academia de Marinha em 1853; entregou-se aos estudos de construção naval e à prática nas oficinas do Arsenal de Marinha da Corte; estudou a construção de máquinas a vapor na Europa (1859-1862); foi oficial de navio, comandante de divisão, de Esquadra, chefe do Estado-Maior da Armada e Ministro (interino) das Pastas da Guerra, do Exterior e do Interior durante o Império. Participou das campanhas do Uruguai e do Paraguai; foi um dos pioneiros do ensino especializado na Marinha, pois suas diretrizes constituíram a base da organização atual dos cursos de especialização e de aperfeiçoamento técnico-profissional; foi o criador das Brigadas de Oficiais Marinheiros, que se transformaram no Corpo de Suboficiais da Armada e que evoluíram para o atual Corpo do Pessoal da Armada; foi homenageado como patrono do estabelecimento que tem o seu nome, o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.

¹⁰ MARTINS, Helio Leoncio. *A Revolta da Armada – 1893*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1995. v. 5, t. I A. (*História Naval Brasileira*), p. 24.

¹¹ Custódio José de Mello nasceu na Bahia em 1840 e faleceu no Rio de Janeiro em 1902; tomou parte na Guerra do Paraguai, sendo um dos sobreviventes do Encouraçado *Rio de Janeiro*; foi autor de trabalhos de grande utilidade para a Marinha; comandou a Revolta da Armada; em sua carreira ocupou vários cargos, inclusive o de Ministro da Guerra e das Relações Exteriores, ambos em caráter interino.

Navigator 5 – Sentimentos republicanos em pensamentos navais

ção, mas aderiu a ela assim que soube, ainda em viagem. Ao retornar, engajou-se na política e acabou por ser o responsável pelo movimento da Esquadra que terminou com a renúncia de Deodoro e a subida de Floriano Peixoto à chefia do governo, quando foi convidado a assumir a pasta da Marinha.



Vice-Almirante Custódio José de Mello

"(...) a camarilha que cercava o Presidente, ávida e insaciável das riquezas recém-adquiridas, embora com sacrifício dos créditos e da honra da Nação, aproveitando-se, para conseguir seus fins ilícitos, da excessiva irascibilidade a que o havia reduzido a moléstia que há muito o torturava, por intriga e calúnia haviam arredado do Marechal Deodoro os homens de bem, os amigos da ordem, da paz e do progresso da República."¹²

Para iniciar a sua vida política, como candidato a deputado pela Bahia para a As-

sembléia Constituinte, deixou o comando da Divisão de Encouraçados. Custódio queria combater a imposição de candidaturas, a liberdade do voto e de pensamento, pois acreditava que "(...) é na liberdade do voto que, em nossa opinião, reside a maior garantia das instituições nos regimes representativos (...)".¹³

Suas atitudes eram ambiciosas e carreiristas, levando-o a achar que poderia influenciar diretamente nas decisões de Floriano, porém foi este que o usou a fim de manter a Marinha controlada. Custódio resistiu até perceber que a intenção do Marechal Floriano era manter-se no poder, criando cada vez mais um militarismo forte e liderado pelo Exército.

Foi Custódio de Mello quem levantou a Marinha para derrubar Floriano do governo com a chamada Revolta da Armada, que na verdade foi uma "Revolta de parte da Armada". Tratou-se de um conflito com motivações corporativas e pessoais, em cuja raiz estava a indisciplina gerada pelos sistemas de gratificação pagos a militares que apoiavam o governo, a insatisfação da Marinha por sua pouca participação política no governo – achava-se que, por certo, deveria ser um almirante a substituir o marechal – e as intenções de Custódio de Mello em suceder Floriano.

"(...) mais constituído era o governo de S.M. D. Pedro II que foi, entretanto, destronado, como constituído também o era o do Marechal Deodoro, deposto por uma revolução feita pela mesma corporação armada e sob os aplausos da Nação inteira. E se constituído não era esse governo também não o era o do Marechal Floriano, porque se aquele deu um golpe de Estado, arvorando-se em ditador, este, na consciência da Marinha, tornou-se também ditador e, portando, fora-da-lei."¹⁴

Wandenkolk também foi contrário ao governo de Floriano por julgar o seu mandato

¹² CALÓGERAS. In: MARTINS, 1995, p. 29-30.

¹³ MELLO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*. São Paulo: Nacional, v. 1, t.2, 1938, p. 35.

¹⁴ *Ibid.*, p.316.

inconstitucional, mas também não se entendia com Custódio de Mello – a recíproca era verdadeira – por achá-lo ambicioso e vingativo, o que o desmerecia como militar. Wandenkolk acabou aderindo à Revolta por vingança pessoal a Floriano.

Saldanha da Gama¹⁵ foi o único, dos personagens estudados neste trabalho, que era realmente monarquista. Manteve-se em estado de neutralidade na República, por não querer apoiar aqueles que derrubaram o Império. Isso perdurou até o momento em que, cessados todos os esforços pela negociação de paz entre os revoltosos e o governo, e pressionado, principalmente, pelos alunos da Escola Naval, da qual era diretor, apoiou a revolta de Custódio de Mello. Saldanha assumiu então o comando da Esquadra revoltada no Rio de Janeiro, enquanto Custódio rumava para o Sul, mas sem nunca ter traçado com ele, o líder da Revolta, um plano estratégico.

"(...) Chegou finalmente a ocasião de entrar também na luta. Já não posso permanecer passivo ante o que se passa na nossa Pátria. Não se trata já da rebelião da Armada, mas de uma revolução nacional para reivindicar os nossos foros de povo livre e civilizado.

"Trata-se por último de pôr termo a esse período de quatro anos de atos constantes de traições e de martírios. Façamos nós outros, os militares, por voltar ao cumprimento do nosso papel, devolvendo ao povo brasileiro o que lhe usurpamos em 15 de novembro de 1889, isto é, a responsabilidade do seu Governo e dos seus destinos.



Contra-Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama

"Não quero, como o deixo dito, excitar o seu animo ou impor-lhe uma opinião. Não; quero somente pela antiga estima que sempre lhe tive adverti-lo da minha atitude na presente situação e manifestar-lhe que a mais acerbadada contingência séria para mim Ter de cruzar armas com os meus próprios amigos e velhos camaradas. Pode fazer deste uso que lhe parecer e tenha-me sempre na mesma antiga estima. Seu velho camarada, afetuoso e gratíssimo."¹⁶

Saldanha lutou até a morte, mesmo depois da Revolta ter terminado, engajou-se

¹⁵ Nascido no município de Campos (RJ), em 7 de abril de 1846; tinha uma ascendência direta da mais nobre aristocracia portuguesa, sendo trineto do Marquês de Pombal; ingressou na Escola de Marinha em 1861; tomou parte na Campanha Oriental (1864) e na Guerra do Paraguai (até 1869); foi promovido por serviços de guerra até o posto de capitão-tenente; viajou várias vezes ao exterior em missão oficial; introduziu modernos métodos bibliográficos na Biblioteca Naval; como Diretor da Escola Naval (1892), tornou-se símbolo do oficial de Marinha para os aspirantes de sua época; participou da Revolta da Armada em solidariedade à sua classe; morreu em combate na Revolução Federalista, em Campo dos Osórios (RS), em 24 de junho de 1895.

¹⁶ Carta enviada, em 5 de dezembro de 1893, aos oficiais amigos que estão em navios estacionados em Montevideu, como o Primeiro-Tenente João Augusto dos Santos Porto. In: SILVA, A. C. de Souza e. *O Almirante Saldanha, comandante em chefe na Revolta da Armada: reminiscência de um revoltoso*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940, p.107.

Navigator 5 – Sentimentos republicanos em pensamentos navais

por fim à Revolução Federalista. É possível acreditar que a morte tenha sido a solução encontrada para um homem que lutou acima de tudo contra seus princípios, pois era avesso a qualquer forma de revolução feita por militares.

"Brasileiro antes de tudo, estarei sempre pronto a servir abnegadamente o meu país, contanto porém que o povo tenha suprema responsabilidades de seus destinos.

"(...) Se me faltar o vosso apoio moral embainharei de uma vez a minha espada, deixando a outrem a tarefa urgente de defender a nossa pátria."¹⁷

Quem tomou parte muito ativa na Revolta da Armada foi o então Capitão-Tenente Alexandrino de Alencar¹⁸. Envolvido com a República desde a Proclamação, trabalhou na conspiração para o 15 de novembro, assim como Wandenkolk, mas não tomou parte efetivamente, a não ser no dia seguinte quando comboiou o navio que levou a Família Imperial para o exílio.

"Nos acontecimentos daquele dia, demitido o ministério, o Marechal Deodoro desfila a cavalo à frente das tropas rebeldes (...) até o Arsenal de Marinha. (...) o Marechal é recepcionado com as honras de estilo pela força sob o comando do Capitão-Tenente Alexandrino."¹⁹

"(...) No dia 17, faz-se ao mar no comando do Encouraçado *Riachuelo* para escoltar o Vapor *Alagoas*. Naquela data e nesse navio, seguiram para o exílio D. Pedro II e a Família Imperial depois de transladados da Corveta *Parnaíba*, na enseada do Abraão, na Ilha Grande."

"Apesar de republicano convicto, Alexandrino, numa demonstração de respeito e cavalheirismo, antes de encerrar a escolta, a 22 de novembro, manda fazer um sinal solicitando notícias da saúde do venerando Imperador deposto e, em seguida, o sinal de adeus.(...)"²⁰



Almirante Alexandrino Faria de Alencar

Alexandrino aderiu à Revolta porque também não concordou com a permanência de Floriano no governo. Dirigindo-se para Sul em apoio a Custódio, assim como Saldanha, envolveu-se na Revolução Federalista, no entanto, percebendo a derrota, exilou-se em Montevideu. Quando voltou ao Brasil, destacou-se como um dos construtores da República, sendo ministro da Marinha por cinco vezes.

¹⁷ Parte da Ordem do Dia nº 1 de Saldanha da Gama, quando este assume o comando das forças navais no Rio de Janeiro, em 1893. In: *Ibid.*, p.108.

¹⁸ Nasceu na cidade do Rio Pardo (RS), em 12 de outubro de 1848, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 18 de abril de 1926. Filho de Ana Ubaldina Simões Pires de Faria, descendente de uma tradicional família gaúcha que participou das lutas pela Colônia de Sacramento, e do Capitão do Exército Alexandrino de Melo Alencar, cearense que teve como tia-avó Bárbara de Alencar, mulher que se destacou na Revolução Pernambucana de 1817, e como avó de José de Alencar, o escritor; como aspirante a guarda-marinha, combateu na Guerra do Paraguai.

¹⁹ FREITAS, Rodoval Costa Couto. *Um líder da Marinha: o Almirante Alexandrino de Alencar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1970, p.8.

²⁰ *Ibid.*, p.8

Gláucia Soares de Moura

"(...) Nessa revolução, fui sempre iludido e mal aproveitado. Fiz esforços ingentes para unir e auxiliar meus camaradas. Apesar das promessas feitas, deixaram-me à própria sorte, no mar e em terra. Agi sempre com lealdade e boa-fé; entretanto, todos trataram de escapar-se para o estrangeiro quando se apresentou oportunidade. Estou seguro de que só devo contar comigo mesmo. Por isso, sinto-me mais perto da morte. Se for descoberto e perseguido, prefiro acabar como um antigo romano do que entregar-me preso aos algos da república.

"Vencido, portanto, vou tentar atravessar o círculo de ferro que se formou neste Estado e, no exílio, buscar trabalho para o sustento dos filhos que estão desamparados no seio da Pátria escravizada. Devo fazer um esforço de Hércules para isso, até a chegada de tempos melhores como resultado de nossos sacrifícios."²¹



Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves

Ao lado de Floriano, liderando a parte da Marinha que não se revoltou contra o governo, estava o Almirante Jerônimo Gonçalves²² que, por suas idéias republicanas, pediu para ir para a reserva ainda durante o Império.

"(...) A maior recompensa que podemos almejar está na gratidão de nossos cidadãos e também na satisfação própria de nossa consciência de bem termos cumprido o nosso dever como patriotas, não só restabelecendo a paz na Pátria, como também robustecendo a união e a amizade que deve existir entre duas classes que, tendo o mesmo fim nobre e levado, qual o de defender a honra e a integridade da Pátria, só devem esperar e pensar de comum acordo, para a realização do mesmo objetivo.(...)"²³

Gonçalves era um republicano, mas antes de tudo um legalista e, por isso aceitou o chamado de Floriano para retornar à ativa na vida militar e combater os irmãos de classe insubordinados. Homem desprendido de ambições políticas, foi o responsável pela vitória do governo na Revolta da Armada, depois da qual se despede mais uma vez do serviço ativo.

"Camaradas!

"Ao assumir o Comando-em-Chefe da Esquadra brasileira que tem de operar do Rio de Janeiro ao Prata, na crise dolorosa que atravessa a nossa Pátria, tenho em primeiro lugar que congratular-me com todos vós,

²¹ ALENCAR, Carlos Ramos de. *Alexandrino, o grande marinheiro (1848-1926): a vida do Almirante Alexandrino de Alencar à luz de documentos históricos e outros, inéditos, pertencentes ao arquivo particular da família.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989, p.115-116.

²² Nasceu em Salvador (BA) a 29 de abril de 1835 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de maio de 1903; filho do industrial João Francisco Gonçalves e de D. Ignez Gonçalves de Araújo; em 1851, foi matriculado na Academia de Marinha e, em novembro de 1853, promovido a guarda-marinha; casou-se em 1871 com D. Hersília Baggi de Araújo Gonçalves; em 1874 foi estudar torpedos na Europa; chegou ao posto de chefe-de-esquadra, em 1883, quando foi reformado; reverteu ao quadro da Armada nos anos de 1893 e 1894 no posto de almirante.

²³ GONÇALVES, Alberto Augusto. *Traços biográficos do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves.* Separata de: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943, p.150.

Navegador 5 – Sentimentos republicanos em pensamentos navais

oficiais e praças por me achar de novo ao lado dos meus distintos camaradas.

"(...)

"A revolta desse pequeno núcleo contra o Governo legal da Nação, não é mais que a cegueira partidária, levada ao mais alto grau, fazendo desta arte apagar em seus corações a verdadeira noção do dever militar e do patriotismo.

"(...)

"A luta que se está travando não produz heróis, nem dá glórias, pelo contrário, todo o sangue vertido, seja de quem for, nos dará pesar, porque é sangue de irmãos e sangue de brasileiros.

"Mas coloquemos de lado a sentimentalidade, é preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo para a sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares que, acima das simpatias pessoais e do bem-estar, colocam amor à Pátria e deste modo o bem-estar e a tranquilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sítio e os seus sobressaltos.

"Se vencermos é em nome do direito e da justiça e a posteridade bendirá de nós. Se sucumbirmos na luta resta-nos o consolo que é em nome do nosso dever.

"O nosso sangue derramada verá cimentar os alicerces da instituição, sobre a qual assenta a grande Nação brasileira.

"Tenhamos fé em Deus que venceremos e o Cruzeiro, constelação que figura em nosso pavilhão, guiará nossos passos e nos conduzirá à vitória, para que então, em nossos lares possamos viver sem temor e dizer com entusiasmo:

"Viva a República Brasileira!"

"Viva a Liberdade!

"Viva o governo legal do País!"²⁴

Assim, diante das atitudes dos principais oficiais da Marinha no período de implantação e consolidação da República, decididamente, não cabe dizermos que a força naval

manteve-se monarquista. No entanto, a oposição aos dois primeiros governos republicanos era uma reivindicação dos militares que desejavam uma participação maior da Marinha no regime que ela também havia ajudado a instaurar: a República.

Como sentimento comum, estes homens tiveram a glória de ter participado e vencido a Guerra do Paraguai, além do respeito tanto pelo Imperador como pela Família Imperial, mesmo após a queda da Monarquia.

Seus pensamentos navais refletiram-se claramente em suas atitudes ao longo de suas carreiras. Foram todos marinheiros competentes, com destaque para o brilhantismo de Custódio de Mello e de Saldanha da Gama, e a competência discreta e eficiente, como bem cabe ao militar, de Jerônimo Gonçalves.

Podemos destacar ainda os Almirantes Carlos Baltazar da Silveira e Júlio César de Noronha, que além de terem se mantido fora dos movimentos de revolta, por serem contrários a ele, tentaram, como o fez Saldanha da Gama, buscar a conciliação, principalmente, por manterem-se ao lado de Floriano, ocupando funções administrativas.

Após a Revolta, esses homens, junto com seus pares, cuidaram de reorganizar e remodelar o Poder Naval, lançando as bases para as modernizações futuras: como nos períodos de Alexandrino de Alencar à frente do Ministério – foram cinco governos diferentes –, onde ele modificou a estrutura administrativa, o material flutuante, as instalações de terra, a organização dos quadros de pessoal etc.

CONCLUSÃO

A Marinha foi monarquista até o dia 15 de novembro de 1889; ao ser proclamada a República, ela passou a ser republicana. Afinal, é o papel que se espera das For-

²⁴ Trecho da primeira Ordem do Dia de Jerônimo Gonçalves ao assumir, em outubro de 1893, a bordo do Cruzador *Tiradentes*, o comando da Esquadra em Operações de Guerra nas costas do Brasil até o Prata e seus afluentes. In: *Ibid.*, p.98.



Almirante Júlio César de Noronha



Almirante Carlos Baltazar da Silveira

ças Armadas de um país: a defesa de seu território, do seu povo e de suas instituições.

No entanto, a história nos mostra que contingências sociais, econômicas, políticas e culturais influenciam diretamente no pensamento e nos sentimentos dos indivíduos que são, ao mesmo tempo, agentes e reflexo da sociedade onde as Forças Armadas estão inseridas.

"(...) A Guerra do Paraguai (1865-1870), entretanto, serviu como divisor de águas na busca histórica dos chefes militares brasileiros por sua destinação verdadeira na sociedade, já que lhes proporcionou um sentido de solidariedade corporativa. Esta solidariedade dentro da instituição, por sua vez, facilitou o espírito de corpo que extravasou os limites da organização – chegando a ser uma mística – e impulsionou os chefes militares no cenário político nacional, donde não se afastaram mais, em caráter definitivo. (...)"²⁵

No período da "República da Espada", a Revolta da Armada agravou a posição da

Marinha no contexto nacional. Ela sofreu perdas, tanto de pessoal como de material flutuante, o que veio a prejudicá-la mais do que já estava. O pior, porém, foi a desunião da classe; os militares mais destacados da força aderiram à Revolta e os que sobreviveram e foram anistiados ficaram numa posição de inferioridade em relação aos florianistas.

O futuro, entretanto, fez-se menos sombrio graças às habilidades administrativas do presidente eleito em 1894, Prudente de Moraes, que desenvolveu uma política bastante tolerante, permitindo a anistia dos revoltosos e aceitando que fossem reintegrados às Forças Armadas.

A Marinha precisou também ser reequipada no que tangia ao seu material flutuante. Os navios foram comprados em diversos países, o que compôs uma força heterogênea, sendo ainda somada aos meios flutuantes que resistiram à Revolta da Armada, tanto do lado legalista quanto do revoltoso.

²⁵ HAYES, Robert Ames. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Trad. Delcy G. Doubrava. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. (Col. General Benício, v.278), p. 63.

Navigator 5 – Sentimentos republicanos em pensamentos navais

Também contribuiu muito para a recomposição da Força Naval a ação isenta dos ministros da Marinha que se seguiram à Revolta, pois, mostrando não haver preconceitos, deram cargos de confiança aos que

se reintegraram à Marinha após o término do conflito.

E assim, como diria Alexandrino, seguiu a Marinha do Brasil: “Tudo pela Pátria” e “Rumo ao Mar” !

FONTES

BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *O pensamento político dos líderes da revolta da armada (1893-1895)*. Rio de Janeiro, 1986. 41f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Gama Filho.
- ALENCAR, Carlos Ramos de. *Alexandrino, o grande marinheiro (1848-1926): a vida do Almirante Alexandrino de Alencar à luz de documentos históricos e outros, inéditos, pertencentes ao arquivo particular da família*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.
- BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, v.9-10, 1941 – 1946.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da Marinha: notas biográficas*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959.
- CARVALHO, Joaquim José de. *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1889.
- CARVALHO, José Carlos de. *O livro da minha vida: na guerra, na paz e nas revoluções (1847-1910)*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, v.1, 1912.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Col. Tópicos).
- CASTRO, Therezinha de. *História da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- CLUBE NAVAL. *História do Clube Naval*. Herculano Gomes Mathias (rev. atual.). Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.
- COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890 – 1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Col. Virando Séculos)
- COSTA, Didio. Almirante Eduardo Wandenkolk. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, n. 1-2, p.5-12, Ano LVIII, jul./ago. de 1938.
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz. História Militar: passado e futuro. In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Petrópolis: Sermograf, p.73, n. 85, ano 59, 1999.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos ‘Annales’ à ‘Nova História’*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio/ Campinas: UNICAMP, 1992.
- FREITAS, Rodoval Costa Couto. *Um líder da Marinha: o Almirante Alexandrino de Alencar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1970.

- FROTA, Guilherme de Andréa. *500 Anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. (Col. General Benício, v.359).
- GONÇALVES, Alberto Augusto. Traços biográficos do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves. Separata de: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *Almirante Barão de Ladário*: oficial de honra. [s.l.] : [s.n.], 1940.
- HAYES, Robert Ames. *Nação armada*: a mística militar brasileira. Trad. Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. (Col. General Benício, v. 278).
- HOBBSAWM, Eric J; RANGER, Terence.(Orgs.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Col. Pensamento Crítico, v. 55).
- JACEGUAY, Arthur. *Organização Naval*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1896.
- LACOMBE, Américo Jacobina. Almirante Saldanha. In: *Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, n. 12, p. 29-43,1975.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.(Col. General Benício, v. 343).
- _____. *Consolidação da República*: ensaio para a filosofia da história. Rio de Janeiro: Laemert, 1946.
- MARTINS, Helio Leoncio. A revolta da armada – 1893. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1995. v. 5, t. I A. (*História Naval Brasileira*).
- MELLO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*. São Paulo: Nacional, v. 1, t.2, 1938.
- _____. *Apontamentos para a história da Revolução de 23 de novembro de 1891*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Rodrigues e Cia. 1953.
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha imperial – 1870 a 1889. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001. v. 4. (*História Naval Brasileira*).
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a História da República*: um registro centenário. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REQUIÃO, José Caetano de Magalhães. O Barão de Ladário e a Proclamação da República. *Revista do Clube Naval*. Rio de Janeiro:[s. ed.], n. 281, p. 9-13, 1999.
- REVISTA ACONTECEU. 32 páginas sobre o Rio do século XIX. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, v.11. n.133, 1964.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- SILVA, A. C. de Souza e. *O Almirante Saldanha, comandante em chefe na Revolta da Armada – reminiscência de um revoltoso*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940
- SOARES, José Eduardo de Macedo. *O Contra-Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama: sua vida e sua época*. São Paulo: Espíndola e C., 1906.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.(Col. General Benício, v. 228).